

Banca mais influente revolucionou economia portuguesa

Nos últimos 30 anos o sector financeiro ganhou um peso muito maior na economia portuguesa. Um novo estudo detalha o caminho que nos trouxe até aqui e o que se pode esperar para o futuro.

Bruno Simão



Nuno Teles (à esquerda) e Ana Santos são dois dos co-autores do estudo do Centro de Estudos Sociais de Coimbra.

NUNO AGUIAR
naguaiar@negocios.pt

Em poucos anos, a banca passou a ocupar uma posição central no tecido empresarial português. A entrada na União Europeia, a liberalização do sector e a estreita ligação com a política de habitação fizeram engordar o sector financeiro para uma dimensão inédita, constituindo parte da explicação para a origem do endividamento excessivo e dos desequilíbrios acumulados pelo País.

“O processo português de financeirização constituiu uma rápida, mas eficiente transformação socioeconómica num país semi-periférico desde meados de 1980”, escrevem os investigadores Nuno Teles, João Rodrigues e Ana Cordeiro Santos, do Centro de

Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, autores de um novo estudo sobre o crescimento da influência do sistema financeiro português. Os temas em destaque são o sector da água, a Segurança Social e a habitação.

“A financeirização é basicamente a explicação para a expansão do crédito em Portugal”, nota João Rodrigues, que apresentou ontem o estudo na Fundação Calouste Gulbenkian. “Foi um fenómeno particularmente espectacular e fácil devido à integração europeia.”

As décadas de 80 e 90 trouxeram transformações profundas ao sistema financeiro, com a ascensão da banca privada, alterações ao nível mínimo de reservas, titularização da dívida pública e um maior acesso das empresas aos mercados de capital e de dívida. Este maior acesso não tornou as empresas menos dependente do crédito. Pelo contrário, a dívida à banca cresceu de forma veloz.

O problema é que este crédito não foi distribuído de forma homogénea pelos vários sectores. Os empréstimos a empresas de construção e actividades imobiliárias, que representavam 10% do total em 1992, viram o seu peso aumentar para quase 40% em 2008.

““

[A financeirização] foi um fenómeno particularmente espectacular e fácil devido à integração europeia.

JOÃO RODRIGUES
Investigador do Centro de Estudos Sociais

Essa não foi a única consequência visível desta financeirização. A relação entre as famílias e a banca também se tornou muito mais estreita. Entre 1995 e 2009, os agregados familiares viram o seu endividamento saltar de 35% para 131% do rendimento disponível. No início da década de 90, o crédito a famílias representava apenas 45% do crédito a empresas. No final, tinha disparado para 115%. As empresas de construção – também financiadas pela banca – alimentaram este movimento, com uma explosão da construção de casas para habitação (triplicou entre 1995 e 2002).

O papel assumido pelo Estado

Pelo caminho, importa sublinhar o papel do Estado “na reconfiguração do sector financeiro português, mas também os avultados apoios públicos à aquisição de casa própria, mediante bonificações associadas aos empréstimos e aliciantes incentivos fiscais”, pode ler-se no relatório.

No encerramento da apresentação do estudo na Gulbenkian, o economista José Reis sublinhou que “a financeirização é uma acção deliberada”, que “introduz uma radical mudança de trajectória nas nossas vidas”. “Quando a paisagem muda, é muito fácil ver o que desaparece e o que emerge. Emerge a construção, a banca e o endividamento.”

Os bancos, em concreto, ocupam uma posição central, conclui o estudo: “A banca financiou não só a compra da habitação pelas famílias como a sua construção e serviços associados, controlando a produção e provisão deste bem essencial. E os ganhos foram duplos, pois a banca conseguiu não só capturar parte dos lucros dos construtores na esfera da produção como extrair ainda uma parte dos salários dos trabalhadores com o endividamento hipotecário.” ■

O que trará o futuro?

Os autores do estudo não estão optimistas face ao futuro para a habitação. “É expectável que o sector da habitação venha a registar profundas transformações”, escrevem, admitindo que o arrendamento deverá continuar a ser uma opção mais atractiva – com tem sido nos últimos anos –, devido ao “retrocesso económico e social do país”. “A habitação tornar-se-á, então, um bem de mais difícil acesso, colocando em risco a população mais idosa e desfavorecida”, acrescentam, concluindo com a possibilidade de vivermos um paradoxo. “Os desequilíbrios no sector poderão aliás atingir a máxima contradição: o aumento das carências de alojamento, concomitante com o aumento de alojamentos vagos, que vão sendo abandonados porque as famílias deixarão de ter condições para suportar os encargos com habitação.”

““

Quando a paisagem muda, é muito fácil ver o que desaparece e o que emerge. Emerge a construção, a banca e o endividamento.

JOSÉ REIS
Economista